

Nos ATA DA 46ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
COEMA, REALIZADA EM 12 DE
DEZEMBRO DE 2011.

1
2
3
4
5

6

7 Aos 12 dias do mês de DEZEMBRO de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria
8 Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717,
9 Marco, Belém/PA, realizou-se, a 46ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de
10 Meio Ambiente – **COEMA**, sob a presidência da Dra. **Teresa Luisa Mártires Coelho**
11 **Cativo Rosa**, Secretária Estadual de Meio Ambiente e com a presença de
12 Conselheiros e convidados: Rubens Borges Sampaio, secretário executivo do
13 COEMA, Amiraldo da Silva Pinheiro representante da SESPA, Alex Fiúza de Mello
14 representante da SECTI, Eliana Zacca representante da SAGRI, José Waterloo Lopes
15 Leal representante da ONG, José Jacy Ribeiro Alves representante da FETIPA,
16 Armando Teixeira Soares representante da FAEPA e como convidados, Lúcia
17 Francisca Porpino da SEMA-DILAP, Renato Corrêa Lobo- Wtorre, Dr. Ary Lima
18 Cavalcante- PGE/PA. Dando início à 46ª Reunião Extraordinária do COEMA, passou à
19 seguinte pauta com as palavras da Presidente: **I- Abertura: Dra. Teresa Cativo.**
20 Estamos iniciando hoje a nossa 46ª reunião do nosso Conselho Estadual de Meio
21 Ambiente, eu queria agradecer a presença de todos e também falar do horário. Nós
22 estávamos esperando lá no gabinete desde 8:45 a convenção do quorum e eu vou
23 esclarecer um ponto aqui da nossa pauta e pedir a compreensão dos senhores que
24 nós, em função do que ocorreu e se tiver a concordância de todos, nós vamos então
25 marcar uma reunião extraordinária para ver se resolvemos o problema. Então eu
26 queria pedir licença para inverter a ordem da pauta e me reportar a apresentação e
27 apreciação do projeto urbanístico da empresa WTorres Parauapebas em função do
28 relator da Câmara Técnica, Dr. Conrado da FIEPA, não ter tido condições de estar
29 presente aqui e o suplente que é o Dr. Moura não ter sido nomeado, não é isso Dr.
30 Moura? Nós não vamos poder apreciar esse projeto na manhã de hoje. Então eu
31 queria pedir, caso os conselheiros concordassem, que nós pudéssemos tirar de pauta
32 esse item do inciso 4º da ordem do dia e se possível e, se for da concordância dos
33 senhores, pois este projeto da empresa está aqui na Secretaria de Meio Ambiente
34 segundo a equipe técnica desde 2008 e também a necessidade de algum ajuste que
35 precisa ser feito, sob a concordância de todos que a gente pudesse fazer uma reunião
36 extraordinária para apreciar exclusivamente o projeto da WTorres. Eu queria submeter
37 à apreciação dos senhores e se todos concordarem a gente retira e marca a próxima
38 reunião. Alguém contrário? Então ficamos acordados assim, o representante da
39 empresa fica dispensado e nós vamos articular com o Dr. Conrado para ver se sai a
40 nomeação e queria agradecer o Dr. Moura, que está aqui para ver se pode ainda
41 neste ano resolver a nível de COEMA a apreciação do projeto. Obrigado! Então vamos
42 à ordem do dia. Em primeiro lugar satisfação de nós estarmos concluindo as nossas
43 reuniões ordinárias sabendo que houve nesse ano um esforço grande de reestruturar
44 o nosso próprio conselho, seguindo o calendário, colocando para apreciação todas as
45 matérias que pela própria natureza são objeto de discussão aqui do nosso Conselho.
46 E dizer também do esforço grande que foi feito pelo órgão para aprovar todos os
47 projetos que já estavam aqui tramitando por algum tempo, que são também de

48 interesse estratégico do estado e da nossa satisfação de ter contado com a
49 participação de todos aqueles que compõem o nosso Conselho e de não ter tido
50 nenhum problema de transferir reunião por falta de quórum. Então obrigada a todos e
51 com essas palavras eu considero encerrado o item do inciso I, de abertura. Segundo
52 vamos passar a questão da comunicação não está aqui o nosso membro que ficou
53 com a relação dos processos punitivos que fez pedido de vistas que foi o Deputado
54 Fernando Coimbra, que também justificou a sua ausência em função disso nós não
55 tivemos ainda devolvidos a Secretaria do COEMA os processos punitivos, que em
56 reunião desta plenária foi pedido vistos e concedido ao nosso membro deputado
57 Fernando Coimbra. Então eu queria levar à comunicação de todos os nossos
58 conselheiros e também dizer que nós estamos estudando uma alternativa para ver se
59 realmente tem que ficar no Conselho esses processos punitivos. Eu lembro que aqui
60 estando reunindo o representante da OAB, fez uma propositura com relação a como
61 nós criamos uma condição mais favorável dentro do Conselho para apreciação desses
62 processos punitivos. É uma quantidade expressiva e nós não podemos deixar que isso
63 não seja trabalhado ou no COEMA, ou fora dele. Então ficou o nosso compromisso,
64 inclusive, de discutir com o conselheiro que pediu visitas que não foi possível até
65 agora, penso eu, que por uma agenda complicada que se colocou no Estado, uma
66 agenda política muito tensa também, mais que penso eu que a partir de hoje, pela
67 vitória de ontem, agente tenha condição de desobstruir um pouco mais esta pauta. O
68 item três, inciso três, todos os conselheiros já receberam por e-mail as atas que já
69 foram enviadas e eu pergunto se todas já foram enviadas. E eu pergunto se todos
70 tiveram oportunidade de ter para efeito de consideração a aprovação. **Dr. Armando**
71 **Soares:** Eu queria comunicar que eu não recebi, eu não sei se foi para a federação,
72 porque eu já pedi que mande para o meu e-mail, porque a gente chega na federação e
73 talvez haja falha de comunicação. Mas eu preciso receber no meu e-mail, porque fica
74 mais fácil para mim. Eu não li a ata, eu não sei se tem alguma coisa que eu posso
75 pedir reparação. **Dra Teresa Cativo:** O problema é que eu não lembro, eu não sei se o
76 seu pedido foi feito diretamente ao secretário do COEMA. Mas eu não lembro se foi
77 feito, se foi pedido aqui. Como aqui o senhor representa a federação eu peço
78 desculpas e passo a ter então atendido o sei pleito e nós vamos passar tanto para
79 federação, quanto para o seu e-mail particular para que o senhor tenha acesso à ata.
80 **Dr. Armando Soares:** eu lhe agradeço. **Dra. Teresa Cativo:** Algum Conselheiro que
81 se manifestar a respeito da ata? **Dra. Eliana Zacca:** Teresa eu apenas quero dizer o
82 seguinte também, como eu substituí o Hildegardo, talvez eu acho, que a ata tenha ido
83 primeiro para o Gabinete e não me repassaram. Então como ele está ausente hoje me
84 repassaram a pauta da reunião, mas não tive acesso a ata. **Dra. Teresa Cativo:** Bom,
85 nós temos duas opções ou deixamos para aprovar as atas na próxima reunião, ou o
86 que eu acho mais viável é que aqueles que não receberam o e-mail possam também
87 mandar por e-mail as suas considerações e a gente tem as atas como aprovadas caso
88 não haja nenhum senão do ponto de vista da leitura dos dois conselheiros, porque se
89 não nós ficamos postergando a aprovação e é de interesse nosso fechar o ano de
90 2011 organizados, inclusive, com as respectivas atas em votação. **Dr. Alex Fiuza:** Em
91 detrimento de nós aprovarmos, assuntos de interesse da sociedade são postergados
92 momentaneamente por dificuldade de atuação individual de um membro do COEMA. A
93 pauta está toda transferida na sua substância, porque um não pode vir, o outro não
94 pode vir e a sociedade fica esperando. Eu acho que a falha, não entregou foi falha da
95 federação, falha da secretaria de agricultura que não trata institucionalmente a coisa,

96 mas então eu acho que temos que aprovar com os prejuízos dos indivíduos que não
97 estiveram, não se apropriaram e depois cada um se manifesta para corrigir o que for
98 necessário. Mas o coletivo não pode esperar pelo individual, esse é um problema de
99 cultura muito sério que nós travamos nesse país e nesse Estado. **Dra. Teresa Cativo:**
100 Alguém quer se manifestar com relação às palavras do Conselheiro Dr. Alex? Então
101 vou fazer uma proposta para efeito de encaminhamento, vamos considerar as atas
102 aprovadas e caso a SAGRI, o Doutor Armando pela federação tenha algum, ponto que
103 seja considerado relevante para efeito de mudança de texto, nós pela presidência do
104 COEMA nos comprometemos imediatamente a encaminhar para os conselheiros as
105 observações que forem feitas e tratamos então de fechar as atas por e-mail e depois
106 fazer a correção final e também mandar no prazo de até sete dias contando a partir de
107 hoje. Então até a segunda-feira da semana que vem a gente fecha e na terça-feira
108 esperamos que a ata seja considerada aprovada. Como, se houver condição, nós
109 vamos fazer a reunião, convocar para reunião extraordinária, então a gente ratifica que
110 mandamos para todos que a unanimidade para ter problema com relação ao assunto
111 se todos concordarem a gente encaminha dessa maneira. Então aprovada. Bom no
112 inciso IV, ordem do dia, eu queria trazer aqui ao COEMA com tenho feito com todos os
113 outros assuntos que são trazidos a esse conselho pela própria natureza e função que
114 o conselho tem. Uma questão que tem nos preocupado sobre as maneiras que são as
115 audiências públicas solicitadas para efeito de apreciação de grandes projetos de
116 licenciamentos do Estado. Primeiro nós sabemos da importância, e por isso, o sentido
117 de fazer as audiências públicas, nós não estamos de forma alguma questionando a
118 necessidade de fazer audiência pública, ela não só consta na lei, como é necessária
119 para que todos os envolvidos nas áreas de grandes projetos possam opinar, ter
120 informações e poder também colaborar no sentido de implementação desses projetos.
121 Mas o que tem nos preocupado é que vencido o prazo, que são os 45 dias que a
122 própria resolução nós dá para efeito de pronunciamento a partir da audiência pública
123 de algum fato novo que justifique uma nova audiência, nós aqui damos por encerrada
124 essa etapa do processo. Então recebidos pedidos do MP, principalmente do Ministério
125 Público Estadual, eu não sei se tem algum representante aqui. E nesse sentido nós
126 ficamos impossibilitados de avançar com o projeto. Aconteceu ainda nesse mês de
127 novembro último com o projeto da Votorantim no município de Primavera. Nós
128 realizamos audiência pública em Primavera, transcorreu o prazo e depois houve uma
129 solicitação dos prefeitos do entorno, fizeram um pleito, uma denúncia ao Ministério
130 Público do Estado, que então chegou instou a SEMA no sentido da necessidade de
131 mais uma audiência pública. O que nos preocupa não é descumprir o fiscal da lei, não
132 é passar por cima do Ministério Público que, não só não poderíamos como não
133 deveríamos. O que nós temos que discutir aqui nesse nosso conselho, na minha
134 opinião, é a pertinência de passado o prazo sem ter um fato novo consubstanciado,
135 nós possamos então reabrir esse prazo, porque a rigor ele já foi superado. Então eu
136 queria trazer a apreciação dos senhores por quê? Eu citei o caso de Primavera,
137 porque eu acompanhei ele já foi na minha gestão aqui, como presidente do Conselho,
138 mas há também uma pendência com o projeto da Cargil em Santarém, onde nós
139 temos como eu digo um fato concreto que já está funcionando um ponto lá, nós
140 estamos passando ao largo do processo e estamos com o pedido de realização de
141 mais oito audiências públicas. Então eu queria pedir ao Conselho que nós
142 pudéssemos tirar um encaminhamento. Encaminhamento esse que pudéssemos
143 conversar com o Ministério Público e ver de que maneira encontraríamos uma

144 alternativa. Primeiro para não ficarmos como estamos hoje, que está funcionando
145 pouco e o Estado está ao largo do processo. Segundo, porque isso desqualifica o
146 nosso próprio Conselho. Então essa é a minha preocupação que eu queria trazer aos
147 conselheiros e queria ouvir então a manifestação dos senhores. Com a palavra aberta
148 para os Conselheiros. **Dr. Alex Fiúza:** Eu sou plenamente favorável que se estabeleça
149 um prazo, que seja cumprido um prazo determinado por lei e por voto, até o Ministério
150 Público tem que se submeter à lei. O Ministério Público representa a sociedade, ele
151 tem que estar atento à lei, mas ele não pode usar da prerrogativa dessa legitimidade
152 para atropelar um processo quando o índice se coloca acima normatizados. Então na
153 gente passa a ter a ditadura do jurídico. **Dra. Teresa Cativo:** Perfeito. **Dr. Alex Fiúza:**
154 Então eu acho que isso aí. É uma questão que tem de ser muito bem normalizada e
155 ser cumprida, eventualmente uma audiência chamada dessa pode ser até considerada
156 dentro do contexto, mas como regra, se não se usa um instrumento de postergação de
157 decisões públicas. Se há decisões que não interessam a certos setores, paciência! Vai
158 para audiência pública dentro do prazo, discutir e tal, entra judicializa e tal. Mas o
159 Estado não pode parar por recursos meramente de postergação. Eu estou muito
160 preocupado com a sociedade brasileira, porque os extremos estão ocorrendo dos dois
161 lados. Muitas vezes os grandes projetos entram, desrespeitam não cumprem o que
162 tem que cumprir desconhece os interesses sociais. Por outro lado até acontece o
163 contrário, interesses também locais mitigados por ONG's, eles se infiltram dentro do
164 Estado e começam a postergar decisões que é de interesses sociais maior. E aí quer
165 dizer o Estado vira um caos, a sociedade vira um caos e não se organiza nada. Eu
166 acho que há decisões que não podem ser postergadas doa a quem doer, porque a
167 história tem que continuar. O pior dos mundos é aquele que não decide nada e parece
168 que muitas vezes se aposta nisso. Então nós temos que rever bem isso aí, não deixar
169 que esse artifício seja usado apenas por instrumento de postergação. **Dra. Teresa:**
170 Perfeito, mais alguém? **Dr. Armando Soares:** Bem, eu acho o seguinte, que a gente
171 não pode ficar sobre o estilo de uma ditadura do Ministério Público, a gente tem que
172 se restringir aos prazos e você não pode prejudicar nem ao Estado e nem a coisa que
173 está funcionando, o projeto. Então eu acho que realmente essa coisa tem que haver
174 um limite e se sujeitar aos prazos determinados. **Dr. Eliana Zacca:** Eu ratifico as
175 palavras do Dr. Armando e acho que isso é uma prática do judiciário, quando você não
176 quer uma decisão que você não está de acordo, você usa de artifícios políticos legais
177 para postergar. Então a questão de normatização, e até muitas vezes você encontra
178 brechas para durar essa normatização, mas eu acho que a exceção de motivo
179 superveniente é que você pode reabrir a discussão, se não você fica indefinidamente
180 sem questões resolvidas. E a pior dos mundos é aquele que não tem a decisão. **Dr.**
181 **José Aires (FETIPA):** A Fetipa vota com o posicionamento do Sr. Armando na íntegra.
182 **Dra. Teresa Cativo:** Mais alguém? Procuradoria? Dr. Leal também. Dr. Ari, por favor
183 se o senhor quiser falar um pouco, houve um problema no nosso microfone. **Dr. Ari**
184 **Cavalcante (Procuradoria):** A Dr. Lilian, para quem não conhece é chefe do jurídico
185 aqui da SEMA, me ligou hoje de manhã. Ela me disse que a preocupação dela não é
186 tão somente o prazo e também o excesso de audiências públicas que são requeridas
187 durante o licenciamento. E o que ela estava como encaminhamento seria verificar uma
188 forma de uma resolução daqui do COEMA que pudesse disciplinar não só o prazo,
189 que na verdade o prazo já está disciplinado pela resolução do CONAMA, mas também
190 os critérios técnicos para se fazer, a quantidade de audiência pública necessária para
191 isso, para essa intervenção. **Dr. Leal:** Bom dia! Eu gostaria apenas de destacar Dr.

192 Teresa e demais conselheiros, que eu acho que sua exploração a cerca do assunto foi
193 a melhor, que é preciso se criar realmente um modelo uma forma que esse COEMA
194 respalde, mas que se ouça a posição do Ministério Público, mas parece que hoje ele
195 não está presente. Eu acho que a senhora foi feliz nessa colocação, não precisa
196 formalizar, mas precisamos que ele também participe, porque se não a gente acaba
197 cometendo os mesmos erros. Erro não, na verdade agente pode cometer, decidir essa
198 questão e ser questionado depois, pelo próprio representante do Ministério Público. Eu
199 vejo que, Dr. Alex, existe momentos que agente precisa abrir quem sabe uma
200 necessidade de uma nova audiência, mas existe momento que por fatos novos, e a
201 senhora colocou isso, a gente vai precisar repensar essa questão. Estou plenamente
202 favorável que se estabeleça uma norma, mas que agente ouça a posição do Ministério
203 Público. **Dr. Teresa Cativo:** Mais alguém? Bom então eu ouvir dos Conselheiros e
204 acho que à unanimidade. Quer dizer, unanimidade, porque ninguém mais se
205 manifestou. Mais eu acho que há concordância no sentido de encaminhamento, se
206 estivesse aqui o representante do Ministério Público que é Conselheiro seria mais
207 fácil, mas na ausência dele, nós vamos fazer um encaminhamento com relação a essa
208 questão e vamos provocar ou que nosso conselheiro esteja presente na nossa reunião
209 extraordinária e já possa trazer uma solução, ou que agente articule e negocie para
210 que na reunião, que possamos fazer de caráter extraordinário se ainda for possível
211 este ano, a gente já traga alguma resposta sobre este item. Eu queria então agora
212 convidar o Dr. Ari, procurador do Estado, que vem falar conosco sobre o item três do
213 nosso inciso quarto. Queria pedir também ao nosso conselho que eu pudesse passar
214 a presidência ao Dr. Rubens, que é o nosso Secretário Adjunto pela necessidade que
215 eu vou ter que subir e fazer agenda de urgência que apareceu agora exatamente a
216 meia hora atrás. Então eu queria agradecer a todos e dizer que até o final de
217 dezembro nós temos a possibilidade de fazermos a nossa reunião extraordinária, mas
218 que nós vamos ter o bom senso de tentar trabalhar até o dia 20, que eu considero que
219 é uma data razoável para todos nós, que no mês de dezembro festejamos o nosso
220 natal. Então eu me comprometo com as três coisas que foram colocadas aqui. Em
221 primeiro lugar ver a questão, se nós conseguimos fazer com que a apreciação do
222 projeto da WTorres se concretize. O segundo, articular com o Ministério Público e se
223 possível, pedir que ele esteja presente na próxima reunião e possa trazer a solução a
224 partir do próprio Conselheiro. Deixo também o terceiro para o Secretário Adjunto
225 discutir com os senhores qual é a melhor data que agente possa desde já fixar aqui no
226 Conselho as nossas reuniões de 2012. Muito Obrigada! Passo a palavra para o Dr.
227 Rubens e se o tempo der, eu considero que dê, eu ainda retorno à reunião. **Dr.**
228 **Rubens:** Bom Dia, senhores Conselheiros. Vamos dar andamento aqui na reunião. **Dr.**
229 **Ari:** Bom Dia. Tem ocorrido aqui, quanto ao julgamento de processos punitivos, quanto
230 as AR's expedidos pelo correio, alguns problemas práticos que é quando os avisos de
231 recebimento não voltam. Quando os avisos de recebimento notificando do auto de
232 infração não retornam e o investigado, o interessado no processo apresenta a
233 impugnação, desde já se considere, independentemente do aviso de recebimento,
234 sem retorno, desde já se considere a impugnação como intempestiva, só que os
235 avisos de recebimentos não tem retornado. E quando não se apresenta, qual seria a
236 proposta do jurídico da Secretária de Meio Ambiente, que me ligou hoje de manhã
237 porque infelizmente não podia estar aqui hoje. Seria montar uma resolução, primeiro
238 que se defina, e segundo montar uma resolução para definir como é que seria dado
239 nos casos em que são expedidos aqueles recebimentos e eles não retornam. Dá um

240 prazo necessário para que faça uma intimação por edital? Uma publicação por edital?
241 Fazer uma intimação pessoal? E seria esse o problema que a Secretaria de Meio
242 Ambiente está passando hoje em dia quanto aos avisos de recebimentos expedidos
243 pelos correios nos processos punitivos. Alguém tem alguma manifestação? **Dr. Zurita:**
244 Eu estou admirado, porque chega uma situação de inventar uma solução anormal, e
245 devido a uma situação também anormal. Porque o que o Dr. Ari falou, há uma
246 estatística de AR's no retorno muito grande, a primeira coisa que deve ser priorizada.
247 Então eu acho que é necessário investigar essa questão de Ar's e endereços e uma
248 reunião com o correio. Que eu posso imaginar assim, se tem um estabelecimento que
249 está situado na beira do Mojú, fazem isso, fica difícil chegar a AR, mas endereços
250 urbanos. **Dr. Ari:** Mais recorrentemente, Dr. Zurita, é exatamente isso que acontece,
251 difícil acesso e sem o retorno do AR em alguns casos. O quê que se tem tentado fazer
252 aqui, fazer uma intimação pessoal, mas um encaminhamento normal tem que se
253 mandar o AR, que se faça por aviso de recebimento via correio até mesmo pela
254 praticidade dele. **Dr. Zurita:** Talvez precisasse se estudar uma forma de encaminhar
255 um ofício ao Correio para ele informar, porque esse a AR não retorna. Porque a minha
256 preocupação aqui é com a ilegalidade que vai permitir a empresa que estiver com a
257 punição, de liberar na justiça por uma questão de ilegalidade. Então a solução do
258 edital existe, mas o edital é a última possibilidade. E a gente sabe que o devido
259 processo legal faz parte da democracia, o aperfeiçoamento e etc. O decreto que
260 regulamenta o projeto administrativo fiscal da receita federal é de 1972, só sofreu uma
261 atualização, mas a interpretação dele foi modernizada de acordo com a nossa
262 democracia, e eu sei que a preocupação da SEMA aqui é da celeridade, mas a minha
263 preocupação é que ele não vai dar a chance para uma empresa cair na justiça. **Dr. Ari:**
264 Certamente a proposição do jurídico é justamente se cercar de todos os meios
265 necessários para tomar uma decisão politicamente válida. Agora, é um problema real,
266 me ligaram hoje de manhã não sei exatamente qual é a causa disso, sei que o
267 problema de retorno de AR é recorrente pelo passado, sei que boa parte das vezes é
268 exatamente pela necessidade do local do empreendimento ou mesmo pela dificuldade
269 de se dizer o endereço. Às vezes o empreendimento é na margem direita do rio tal, e o
270 correio, primeiro que não chega, segundo fica muito difícil de encontrar e aí se tem
271 tentado uma intimação pessoal. Agora, o que se propõe é que seja por intimação
272 pessoal, que seja por edital, seja por qualquer outra forma que se possa encontrar.
273 Para se criar uma resolução aqui do COEMA e ser apresentada, vista pela Câmara
274 Técnica, para poder disciplinar essa forma de intimação de processos punitivos. **Dra.**
275 **Eliana Zacca:** Doutor Ari, normalmente esses empreendimentos não têm os
276 endereços comerciais urbanos? **Dr. Ari:** Alguns têm. Os que têm são fáceis, os que
277 não têm retornam. **Dra. Eliana Zacca:** Eu acho que deveria ser exigido primeiro,
278 quando protocolar alguma coisa que você, obrigatoriamente, tivesse um endereço
279 urbano também, por que eu não acredito também. **Dr. Ari:** Mas nem sempre tem. **Dr.**
280 **Armando Soares:** Outra coisa é importante, porque se o fiscal chega até o local para
281 exigir a punição, o correio deveria chegar também, não faz sentido o fiscal chegar e o
282 correio não chegar. Então eu acho que isso tem que ser muito bem examinado para
283 não prejudicar aquela pessoa que está sendo punida. **Dr. Ari:** Exatamente, é isso que
284 está se propondo, só que realmente o correio não chega, têm alguns locais que o
285 correio não chega, não tem pessoal. Enfim, a dificuldade, até aqui para própria
286 Secretária de Meio Ambiente é grande. **Dra. Eliana:** É muitas vezes, lá na Secretaria
287 de Agricultura nós recebemos dois meses depois uma série de documentos que

288 tinham sido encaminhados, mas muitas vezes o endereço era assim: transamazônica,
289 mais ou menos quilometro tal, aí não dá. **Dr. Ari:** Ocorre a mesma coisa, o endereço é
290 transamazônica, quilometro tal. **Dr. Zurita:** Doutor Ari, eu acho que a gente pode
291 colocar aqui uma sugestão para melhorar a informação, porque eu acho que precisa
292 ter uma comunicação da SEMA com o COEMA dizendo o porquê que não retornou.
293 Não retornou porque não encontrou? Aí é uma coisa, aí não haverá ilegalidade
294 nenhuma a ser alegada no processo. Mas o correio que é o órgão oficial de entregar
295 correspondência, ele tem que dizer “olha não consegui entregar”. **Dra. Eliana Zacca:**
296 Não tem retornando nem assim: “endereço não localizado”. **Dr. Ari:** Não,
297 simplesmente não tem retornado. **Dra. Eliana Zacca:** Aí tem que chamar o correio às
298 favas. **Dr. Ari:** Alguns retornam, mas o que me passaram hoje de manhã, que a Dra.
299 Lilian conversou comigo o problema são nos casos em que não retornam. **Dr.**
300 **Amando Soares:** Eu faço uma pergunta: esses processos que não retornam dizem
301 respeito ao município de Belém, ou da grande Belém, ou de outros municípios? **Dr.**
302 **Ari:** Não, são de outros municípios. **Dr. Armando soares:** Isso não pode ser
303 repassado para os municípios? Essa providência de identificação. É uma questão de
304 centralização também desse consenso. **Dr. Ari:** Nos locais que tem acesso a SEMA?
305 Ou o próprio município? **Dr. Armando Soares:** No próprio município. **Dr. Ari:** Me
306 parece que quando tem os locais onde existe a SEMA, a própria SEMA, a própria
307 SEMA vai fazer essa intimação pessoal, quando não retorna. **Dr. Armando Soares:**
308 Porque agora, inclusive com o Decreto da Presidente dando autonomia aos Estados e
309 Municípios, parece que fica mais certo os próprios Municípios assumirem esta
310 responsabilidade. **Dra. Elina Zacca:** Verificar se possivelmente até quando os órgãos
311 do governo tiverem mais capilaridade como EMATER, ADEPARÀ, mais capilaridade
312 para ver se ajuda. Mais o ponto primeiro era ter obrigatoriamente outro endereço, além
313 da empresa, um outro endereço, isso seria uma norma que deveria ser obrigatória. **Dr.**
314 **Rubens:** Um representante legal, né?! **Dra. Eliana Zacca:** O primeiro ponto é esse,
315 conversar com o correio para ver se outras providências, outras alternativas podem
316 ser tomadas. **Dr. Armando Soares:** Nós estávamos conversando aqui que a Receita
317 Federal necessariamente chega. Então precisa saber qual é esse mecanismo tão
318 eficiente da receita. **Dr. Ari:** Quando não chega é o Edital, uma das formas da
319 resolução é exatamente isso, quando não se chega, quando não se encontra, aí que
320 publica o Edital. **Dr. Zurita:** Só quando o AR volta para o processo. Como visto, o AR
321 sumiu, não encontramos o AR, mas isso pode acontecer. **Dr. Armando Soares:** A
322 primeira providência é conversar com o correio. **Dr. Rubens:** Eu acho que a gente
323 poderia colocar uma proposta que o Dr. Ari colocou essa questão de que não está
324 chegando a resposta do Correio para algumas situações. Nós faríamos o comunicado,
325 a SEMA faria o comunicado ao Correio para ver realmente, para procurar saber se
326 realmente o que está acontecendo com esses AR's que não chegam respostas para a
327 SEMA. Mas necessitaríamos criar um mecanismo através do conselho que a gente
328 pudesse normatizar, através de uma resolução para casos específicos nessa situação,
329 porque a gente tem um entendimento, porque como a gente tem um entendimento que
330 lá na ponta tem determinadas empresas, até pessoas físicas de localidades de difícil
331 acesso, Jacareacanga, Calhanorte, onde tem empresas e pessoas físicas de difícil
332 acesso. Que a gente pudesse normatizar os procedimentos que nós faríamos para a
333 notificação dessas pessoas e a gente teria um retorno disso. Seria essa a nossa
334 proposta, mas vamos colocar também para os Conselheiros, se alguém tiver uma
335 proposta com relação a isso, que a gente pudesse estar encaminhando para a mesa.

336 **Dr. Leal:** A minha pergunta é se poderia usa o e-mail eletrônico. **Dr. Rubens:**
337 Geralmente é usado também os e-mails eletrônicos repassados para os
338 representantes, mas tem localidade que não tem acesso à internet. **Dr. Zurita:** Como
339 seria se desse para ser por intimação pessoal. **Dr. Ari:** Se pega alguém, geralmente
340 da fiscalização e vai lá. **Dr Rubens:** Geralmente nas unidades regionais nós temos os
341 técnicos. **Dr. Zurita:** Isso aí precederá a um Edital. **Dr. Ari:** Não se está verificando
342 ainda, qual seria o procedimento. A proposta seria montar um grupo, uma comissão,
343 para se informatizar, como seria feito os procedimentos. Verificar o que seria mais
344 razoável vai por Ar, não voltou, então o AR volta dizendo que não encontrou, tenta
345 alguém com intimação pessoal, se mesmo assim não encontrar vai para o Edital e
346 pronto. Verificar realmente quais os procedimentos a serem adotados. **Dr. Rubens:**
347 Essa proposta da SEMA e da PGE. A gente gostaria e se os Conselheiros quiserem,
348 de encaminhar outra proposta complementar. Então, Dr. Ari, montaria um grupo de
349 trabalho para trabalhar uma normatização, uma resolução, que viesse trazer esses
350 procedimentos, inclusive prazos. **Dra. Eliana Zacca:** Agora, seria bom cobrar uma
351 obrigatoriedade para a empresa apresentar um endereço comercial. **Dr. Rubens:**
352 Geralmente nos processos aqui na SEMA são exigidos esses endereços dos
353 representantes, os e-mails, mas muitas vezes muda de representante e aí fica difícil
354 esse contato. **Dra. Eliana Zacca:** Mas aí tem que dizer quando ocorrer essa mudança
355 a empresa é obrigada a informar. **Dr. Armando Soares:** Eu acho o seguinte, é uma
356 questão de ordem prática na medida em que o fiscal vai fiscalizar a empresa. Eu acho
357 que ele tem que nesse momento fazer esse trabalho de melhor identificar a maneira
358 de chegar a notificação através de endereço alternativo ou através de outras
359 alternativas. Mas eu acho que iria facilitar muito o próprio fiscal fazer esse serviço de
360 melhor identificar como chegar a notificação. **Dr. Zurita:** O que ocorre agora é o poder
361 de informações que foi restabelecido na Secretaria de Fazenda como o nosso, que
362 veio da polícia federal, como a própria policia federal, com a troca de informações
363 eletrônicas. Então, lembrando aqui, pegando carona com o Dr. Armando que falou de
364 se verificar junto a receita federal a possibilidade de uma troca de informações nesses
365 casos. **Dr. Rubens:** Vamos verificar também essa possibilidade de está fazendo com
366 a própria SEFA, que tem esse cadastro, esse banco de dados. Mais alguém? Mais
367 algum conselheiro? Então a gente vai adotar, Dr. Ari, essa proposta e vamos
368 encaminhar para os emails dos Conselheiros a resolução para eles apreciarem e se
369 quiserem fazer alguma contribuição. Vamos formar a comissão: Dra. Lilian,
370 representando a SEMA e mais dois Conselheiros. Dr. Zurita se ofereceu e falta mais
371 uma pessoa. **Dra. Eliana:** Está faltando um pra fechar? Coloca a SAGRI para compor
372 a comissão para formular a proposta. **Dr. Rubens:** Então fica definido a SEMA, IDA e
373 SAGRI para compor a comissão para formular a proposta. Todos são a favor? Então
374 aprovado. Tem mais alguma coisa? Com relação a data da próxima reunião para tratar
375 sobre a empresa WTorre a gente vai aguardar para passar uma data por e-mail.
376 Vamos repassar a data da reunião para a gente agendar e tratar dessa questão da W.
377 Torre e para garantir a nomeação do suplente do Dr. Conrado. Nós temos aqui uma
378 proposta de calendário de 2012 para as reuniões ordinárias do COEMA. **Lúcia**
379 **Porpino:** É o que ocorrer, que é exatamente isso aqui. Mais alguma coisa? **Dr. Leal:**
380 Bom, vocês sabem que sou o representante da ONG da Associação dos Mineradores
381 de Ouro do Tapajós. Obviamente eu busco também discuti as questões que estão
382 preocupando aquela região. Eu trago aqui na presença da Dra. Lúcia, porque no mês
383 de junho, julho, ou agosto, não me lembro precisamente, foi feito uma reunião no

384 município de Itaituba para tentar resolver os problemas das licenças na área da APA
385 Tapajós. Em 2004, e com o advento da criação daquela intervenção federal do Estado,
386 foram criadas várias unidades de conservação no Rio Tapajós, entre elas foi criada a
387 APA Tapajós que até aquele momento, era licenciado pela SEMA em um acordo que
388 havia com o IBAMA quando as terras eram da União. A partir deste ano um
389 documento encaminhado pelo ICMBio chegou a ponto de aconselhar o cancelamento
390 de todas as licenças já emitidas na região, porquanto ele não teria sido ouvido. Essa
391 reunião de julho foi para tratar realmente de uma solução desse problema, porque
392 existem os investidores lá, existem as empresas que estão trabalhando, existem os
393 garimpos que estão tentando se legalizar. E hoje um problema sério, Dra. Lúcia, que
394 está acontecendo lá e que todo mundo é ciente que existe uma operação que está
395 sendo planejada para ser executada pelo IBAMA, PF, ICMBio etc, que seria para a
396 atividade onde obviamente não tem licença, quando a gente sabe que a maior parte
397 está aguardando licença, nós teríamos um problema não só econômico, porque toda
398 aquela região, setenta por cento da economia, ainda é sustentada pela produção do
399 ouro. Além disso nós teríamos um problema social muito sério, porque se a economia
400 é sustentada pela produção e obviamente é a grande geradora de emprego e mão-de-
401 obra e de ocupação. Então eu gostaria muito de saber da Dra. Lúcia, e o Dr. Rubens
402 me permita dirigir-me a Dra. Lúcia, porque ela é a diretora da área que trata da
403 questão, e porque teve o representante da SEMA, Dra. Ronaldo Lima. Dessa reunião
404 ficou acertado que a SEMA e o IBAMA teriam que sentar e discutir uma nova forma de
405 transferir novamente para a SEMA a competência de licenciamento que é do IBAMA.
406 Então eu gostaria de saber, porque há essa expectativa, há uma aflição, um
407 incômodo, um desconforto muito grande na região e eu gostaria de saber, Dra. Lúcia,
408 se existe alguma novidade a respeito da reunião da SEMA e do IBAMA. **Lúcia**
409 **Porpino:** Inclusive, por coincidência, nós fomos praticamente na mesma época de
410 julho em Brasília no ICMBio para levantar essa questão com relação especificamente
411 da APA Tapajós. Até por que os garimpos, a parte todinha dos garimpos era licenciado
412 antes da criação da APA Tapajós pelo Estado. A partir daí ficou essa indefinição. Até
413 fomos surpreendidos, inclusive por essa correspondência do ICMBio mandado que
414 cancelasse todas as nossas licenças. E nós fomos lá, porque o ICMBio não abre mão
415 disso, mas o próprio IBAMA já demonstrou para a gente que não há interesse dele
416 ficar com isso. A questão agora, nós estamos fazendo o seguinte. Estamos fazendo
417 um encaminhamento para CONJUR, fizemos um histórico de todo esse procedimento
418 que vínhamos adotando com relação ao licenciamento da APA Tapajós, para que
419 realmente a gente tenha uma definição com relação a isso. Eu estava acreditando que
420 pelo menos com a lei complementar 140, que foi publicada agora no dia 08, eu
421 realmente não tive tempo de ler na íntegra para ver se realmente esse assunto já
422 tenha sido resolvido através dessa lei complementar. Isso aí eu vou conversar hoje
423 com a Dra. Lilian Haber, porque também tem um projeto, que é o projeto
424 Tocantinzinho que é de extração de ouro, que também está na APA Marajó, que está
425 com o mesmo problema. Porque ele protocolou aqui e ninguém pôde fazer nada por
426 conta dessa indefinição. Porque a própria legislação, através de convênio, a União
427 pode passar a delegar a competência para o órgão do Estado licenciar como era
428 também na questão do Carajás, que ele tomou para si todo o licenciamento. E o
429 Decreto de criação que criou a FONA estabelece que a competência do IBAMA e do
430 ICMBio seria a gestão da unidade e que o licenciamento deveria ser efetuado pelo
431 próprio Estado através de convênio a ser firmado, que deverá ser firmado com a

432 União. Então tudo isso aí a gente vai ter que redefinir não somente no caso do
433 Tapajós como também em outras situações. **Dr. Leal:** Eu volto a insistir, Dra, e
434 solicitar o empenho da **SEMA, na pessoa** da secretária em resolver essa questão, dar
435 uma celeridade nessa questão, porque a última reunião foi em junho e a gente de lá
436 para cá, de onde já se passaram seis meses e nós já temos a presença do ouro pirata
437 em Itaituba que está criando essa expectativa dessa intervenção da Polícia Federal e
438 do IBAMA. Então criaram uma situação de muito desconforto e que por certo nós aqui
439 seremos cobrados por não termos dado as respostas, aliás, já estamos sendo
440 cobrados lá por tal resposta no tempo necessário. Existem centenas de pedidos de
441 licenciamento que o DNPM já concedeu da parte dele que é mineral e nós estamos
442 esbarrando agora na questão ambiental e aí o garimpo produz, o garimpo que por
443 muitas dezenas de anos viveu na clandestinidade, se coloca na condição de querer se
444 legalizar e a gente está enfrentando esse desconforto que é uma briga, que na
445 verdade é de ciúmes de Órgãos, que não poderia existir. O ICMbio inclusive coloca,
446 não só sugere, essa questão do cancelamento, como traz e toma para si a
447 responsabilidade de ser consultado, que na verdade ele tem de ser notificado, é o que
448 está escrito na lei da criação não só da APA, que reproduz na verdade o esnuque que
449 vêm da época ainda do outro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso,
450 então eu gostaria de pedir a Dra. Lúcia, por favor, que desse uma atenção especial,
451 pois, existe um clamor muito grande e a gente vai acabar tendo que enfrentar uma
452 situação perigosa na região. **Dra. Lúcia Porpino:** Eu te prometo que já está pronto
453 todo o histórico, só falta o encaminhamento para o jurídico para poder subsidiá-la num
454 parecer e provocar isso aqui para o próprio COEMA, já que não obtivemos resposta na
455 ida a Brasília para resolver este assunto, agora é provocar e mandar todo expediente
456 para que se realmente tenha uma posição, porém, eu acredito que, eu não sei, com a
457 Lei complementar, que a gente tenha um respaldo, já com essa lei, mas eu não a vi,
458 mas foi na quinta-feira. **Dr. Armando Teixeira (FAEPA):** Eu acho que esse é um
459 assunto grave, sério que devia ter prioridade absoluta aqui dentro da SEMA, porque,
460 como outros assuntos, e esse assunto inclusive eu acho que o Brasil já está
461 entendendo que o meio ambiente não pode travar determinadas situações que
462 interessa às comunidades, que interessa ao povo, que interessa ao desenvolvimento
463 da região, este é um dos assuntos que tem que ter prioridade e o Estado, não só a
464 SEMA, mas o Estado do Pará, o governo do Estado do Pará, tem que ter prioridade
465 em cima desse assunto. **Dra. Lúcia Porpino(SEMA):** A competência é da União,
466 então se é da União, que ela licencie. O que não pode é impedir o Estado a licenciar e
467 não licenciar também, pois, não pode ter dois níveis de competência para o mês mo
468 licenciamento, ou é o da União, ou é o do Estado, entendeu? O que a gente não pode
469 é que se eles não querem delegar para a gente que eles licenciem, o que não pode é
470 deixar a atividade descoberta de licenciamento. **Dr. Leal (ONG):** E a outra questão é
471 sobre uma pergunta ao Dr. Rubens que é sobre o encaminhamento da reestruturação
472 do COEMA para a Assembleia Legislativa, eu pergunto se isso aconteceu? É que a
473 Dra. Teresa, em reuniões passadas, tratou dessa questão e que estaria a qualquer
474 momento encaminhando para a Assembleia Legislativa a reestruturação do COEMA e
475 com a sua ampliação, inclusive. **Dr. Rubens Sampaio (Secretário Adjunto):** A
476 proposta já está encaminhada, já passou pela SEAD e acredito que já esteja inclusive
477 na mão do governador para ser encaminhada para a Assembleia Legislativa, mas já
478 foi encaminhada para a gente ter uma resposta rápida também, estamos aguardando
479 o posicionamento se o governador já encaminhou ou não para a Assembleia

480 Legislativa, pois isso passa também pela apreciação do governador. **Dr. Zurita (ONG):**
481 E depois do plebiscito de ontem, eu acho que tem que reler essa proposta para ver
482 essa questão do COEMA se vai permitir representantes regionais, é uma forma de
483 trabalharmos os efeitos do plebiscito. **Dr. Rubens:** A gente tem entendimento também
484 doutor Zurita que nós preparamos a proposta já da Sema e vem sendo trabalhado
485 toda essa reestruturação, e eu sou uma pessoa filho da região sudeste e é sempre
486 pensado e colocado aqui na Sema que a gente tem que fazer a interiorização aqui do
487 estado e o fortalecimento das unidades regionais como também a criação de novas
488 unidades e trabalhar também a questão dos representantes regionais e foi pensado
489 muito nessa questão da reestruturação da Sema, na questão interiorização. Doutor
490 Leal, já finalizou as suas questões? **Dr. Leal:** Estou satisfeito, muito obrigado! **Dr.**
491 **Rubens:** Algum conselheiro tem alguma colocação a ser feita, com relação à ordem
492 do dia, para a gente poder depois passar com o que ocorrer realmente, pois a gente
493 está atropelando um pouco aqui a pauta. Então, vamos aqui para o que ocorrer que é
494 a questão da proposta do calendário de 2012 das reuniões ordinárias. Já foi
495 repassada uma cópia, Milton? **Milton (SEMA):** Sim, doutor. Todos os conselheiros já
496 estão com suas cópias. **Lúcia Porpino (SEMA-DILAP):** A gente vai apresentar uma
497 proposta, se vocês aceitarem, de dois em dois meses têm de serem realizadas as
498 reuniões ordinárias. Então aqui, nós sugerimos, realizar as reuniões a partir da
499 segunda quinzena de cada mês, a partir das terças-feiras para não serem realizadas
500 nas segundas-feiras. Como por exemplo, como proposta nossa, podendo ser alterada
501 de acordo com que vocês realmente acharem, temos: No dia 17 de janeiro teríamos a
502 primeira; no dia 17 de abril teríamos a segunda; no dia 03 de julho teríamos a terceira;
503 no dia 23 de outubro teríamos a quarta e no dia 11 de dezembro teríamos a quinta,
504 essa é a nossa proposta sujeita a discussão e alteração. **Dr. Rubens Borges:**
505 Lembrando que é somente o calendário para as reuniões ordinárias. **Lúcia Porpino**
506 **(SEMA-DILAP):** A cópia foi dada para eles sugerirem e nós apresentamos a nossa
507 sugestão. A nossa sugestão também seria em relação de que as reuniões não fossem
508 realizadas nas segundas-feiras e a outra é que fossem realizadas na segunda
509 quinzena do mês, com exceção do mês de julho por ser um mês de férias. Teria outra
510 proposta para poder aprovar? Depois se faz quantas extraordinárias forem
511 necessárias. **Dr. Rubens Borges (SEMA):** Alguma proposta a mais? Podemos
512 submeter à votação o calendário das reuniões ordinárias? Todo mundo a favor,
513 ninguém contra? Então aprovado a proposta no calendário das reuniões ordinárias.
514 **Dr. Armando Soares (FAEPA):** Eu fiz, por diversas vezes, uma solicitação para que a
515 gente pudesse fazer uma exposição sobre as vantagens da seringueira para o
516 aproveitamento de reserva legal, sobre todas essas deficiências que estão aí, sobre a
517 questão de reflorestamento e outras coisas a mais. Estou esperando o convite da
518 SEMA para que a gente possa mostrar as vantagens que se tem de diversas
519 condições de você usar isso até para chamar, provocar os proprietários de que eles
520 teriam vantagens excepcionais de restaurar essas áreas, ou degradadas, ou de
521 reflorestamento ou de reserva legal, através de plantio de uma floresta rica em que
522 eles pudessem ter resultados satisfatórios. Então eu acho que esse é um assunto
523 muito interessante, a partir, inclusive, das modificações que estão ocorrendo a respeito
524 do domínio da política ambiental no Estado, eu acho que é muito importante que a
525 SEMA conheça essas vantagens e possa integrar dentro daquilo que seja qualificação
526 do órgão. **Dr. Rubens Borges (SEMA):** Dr. Armando, nós vamos fazer um
527 compromisso aqui com o senhor, isso está sendo registrado na ata e o mais breve

528 possível faremos esse agendamento e temos o entendimento que a forma como estão
529 sendo tratadas as questões ambientais, principalmente com relação à cobertura
530 florestal na Amazônia, especificamente no Estado do Pará, onde nós tivemos uma
531 reunião no COEMA, onde eu sou suplente da Dra. Teresa e estou representando o
532 Estado do Pará, e nessa reunião nós fizemos a defesa da aprovação do nosso
533 zoneamento da zona leste da calha norte, por unanimidade, nós conseguimos fazer a
534 inversão de pauta, fizemos o requerimento de urgência, conseguimos por votação que
535 fosse a questão do zoneamento fosse tratada na próxima reunião do COEMA que é
536 agora dia 22, onde na defesa da nossa proposta foi colocada a questão da
537 recomposição das reservas legais e APP's no Estado do Pará, principalmente nas
538 regiões que já estão bastante antropizadas e dentro das espécies, dentro da
539 possibilidade de uso da reserva legal, principalmente, e a questão do extrativismo
540 voltado principalmente para essas espécies que dão um retorno econômico para as
541 comunidades. Então a gente tem esse entendimento e seria muito importante a sua
542 intervenção com relação especificamente à seringueira para mostrar inclusive para o
543 quadro técnico da SEMA como ela é economicamente viável e que a gente possa
544 estar divulgando isso mais vezes. Alguém quer falar ainda? **Dr. Armando Soares**
545 **(FAEPA):** Eu acho que com o encontro que possa existir, a gente esclarece todas as
546 dúvidas e enriquece toda essa oportunidade de se trabalhar em cima de florestas ricas
547 e que são compatíveis por serem espécies nativas, sem prejuízo, inclusive, da
548 harmonia que vai haver nessa floresta em relação ao meio ambiente. **Dr. Rubens**
549 **Borges (SEMA):** Mais alguma colocação, mais algum conselheiro? Então em nome
550 da Dra. Teresa agradeço a presença de todos e nos colocamos à disposição, viu Dr.
551 Leal, Dr. Zurita, estamos aqui no gabinete para qualquer dúvida no COEMA e fora do
552 COEMA também. Agradeço a presença de todos. Muito obrigado e bom dia.